

PERÍODO PROIBITIVO ENCERRADO

Apesar de queda de queimadas em setembro, números ainda preocupam

Somente neste ano, já aconteceram 206 atendimentos

ROSI OLIVEIRA / Redação DS

Previsto para ter encerrado no dia 15 de setembro, o período proibitivo de queimadas na zona rural em Mato Grosso foi prorrogado e se encerrou ontem, 01 no Estado. Conforme o decreto publicado pelo Governo do estado no dia 17 de setembro, a prorrogação foi devido as condições climáticas que se encontravam favoráveis as ocorrências severas de queimadas e incêndios florestais, o que poderia colocar em risco a saúde, a qualidade de vida e a segurança da população.

Com as primeiras chu-

vas que começam a cair no Estado, estima-se que isso deva amenizar bastante os focos de calor e incêndios que vierem a surgir.

Apesar de uma queda substancial, o número de queimadas no mês de setembro ainda foi bastante expressivo, em Tangará da Serra, quando foram registrados no Município

“
Infelizmente não surtiram tanto efeito as campanhas e reportagens

43 ocorrências de queimadas atendidas, 08 a mais que o mesmo período do ano passado (35). No mês de agosto fo-

ram registrados 75 atendimentos, o que equivale a um número três vezes maior do que o acumulado no mesmo período de 2017, quando 25 chamados foram realizados, representando um aumento de 200%.

Se compararmos os dois meses, houve uma queda de 42, 67% nos casos, o que ainda é pouco se levarmos em consideração as campanhas realizadas, alertando dos perigos e principalmente, ressaltando que é crime em todo o tempo, queimadas na zona urbana.

Para o Tenente do Corpo de Bombeiros em Tangará da Serra, Campos Filho, a população ainda não está fazendo corretamente o dever de casa. “Infelizmente não surtiram tanto efeito as campanhas com reportagens na mídia televisiva, falada e jornais.



Números aumentaram 50% em relação ao ano de 2017

Esse ano, assim como no ano passado nós estamos trabalhando no sentido de encaminhar essas ocorrências para a secretaria de meio ambiente aqui do município para que haja uma responsabilização que é uma forma de inibir esses atos criminosos aqui, principalmente na área urbana”,

revelou o Tenente ao destacar que somente neste ano, já aconteceram 206 atendimentos, tendo um aumento de cerca de 50% em quantidade de ocorrências atendidas em relação a 2017. Sendo esses atendimentos unificados entre ocorrências de queimadas (urbana e rural).



Ao todo, no Brasil foram registrados 96 casos

DADOS DO CIMI

MT registra 8 invasões em terras indígenas, diz levantamento

Os dados são de um levantamento realizado e divulgado pelo Cimi

ANDRÉ SOUZA / G1 MT

Em 2017, Mato Grosso registrou oito casos de violência contra o patrimônio em terras indígenas. Os dados são de um levantamento realizado e divulgado pelo Conselho Indigenista e Missionário (Cimi).

No ranking, o estado aparece empatado com Maranhão e Acre no número de casos e perde apenas para o Pará (19 casos), Amazonas (16 ocorrências) e Rondônia (14 denúncias).

Ao todo, no Brasil foram registrados 96 casos, relativos a invasões posses-

sória, exploração ilegal de recursos naturais e danos diversos ao patrimônio.

De acordo com o levantamento do Cimi, os casos mais citados em 2017 foram: invasões, desmatamento, destruição de patrimônio, contaminação de rio, queimadas e incêndios, contaminação por agrotóxico, entre outros.

Em Mato Grosso, os casos foram denunciados nas terras indígenas Capoto, Sangradouro, Nambikwara, Panará do Arauató,

“
As áreas são as poucas que ainda contam com mata e recursos naturais

Apiaká-Kayabi, Parque indígena do Xingu, Kawahiva do Rio Pardo e Kanela, sendo um em cada uma delas.

As áreas que pertencem a esses povos, segundo o Cimi, são as poucas que ainda contam com mata e recursos naturais. Por isso, são alvos prioritários dos setores que visam a exploração madeireira, hídrica e o plantio de soja.

O Ministério Público Federal em Mato Grosso (MPF-MT) instaurou um inquérito civil público para que a Funai adote providências a fim de que os marcos territoriais sejam reavivados.

Os dados do Cimi apontam que entre 2016 e 2017 foi registrado um aumento de 54% no volume autorizado para projetos de exploração madeireira e abertura de novas áreas.